

A TELEMEDICINA NO BRASIL E O DIREITO HUMANO À SAÚDE

Congresso Internacional de Direito e Tecnologia, 1ª edição, de 10/05/2021 a 13/05/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-05-0

JUNIOR; Luiz Claudio Gonçalves¹

RESUMO

A definição da Telemedicina no Brasil ocorreu a partir do Conselho Federal de Medicina, o qual levou em consideração o funcionamento do sistema de saúde nacional, a sua difusão no plano internacional e o atendimento de diferentes necessidades em nosso território, como nos casos de calamidade pública. A Telemedicina não é apenas o resultado da junção entre a medicina com a tecnologia, mas uma prática profissional que cria novas possibilidades de acesso à saúde, a qual é um direito fundamental, seja por meio da teleconsulta ou da telecirurgia, por exemplo. A partir de um contexto histórico, o objetivo dessa pesquisa é mostrar como a Telemedicina pode contribuir para a maior efetividade do direito humano à saúde, num país com fortes contrastes de qualidade de vida e bem estar social. Mesmo instrumentalizada por recursos tecnológicos digitais de informação e comunicação, é importante que a Telemedicina seja compreendida como uma ferramenta a mais para a salvaguarda da dignidade da pessoa humana, a qual se assenta no direito à saúde e em vários outros direitos fundamentais. Como método científico, optou-se pela revisão sistematizada da literatura física e digital sobre o assunto. Com respaldo constitucional, o resultado é a perfeita convergência desse direito humano com o uso dos recursos tecnológicos disponibilizados em sociedade. Por estar relacionada aos cuidados com a pessoa, conclui-se que a Telemedicina identifica alternativas viáveis para a promoção da saúde em diferentes contextos sociais. É uma prática que tende a evoluir, conforme o avanço dos benefícios visualizados.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Direito, Humano, Saúde, Telemedicina

¹ Professor de Direito no Centro Universitário de Volta Redonda - Doutor em Educação pela UNIMEP e Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania pelo UNISAL